

Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais

ANDES-SN – ANFFA-Sindical – ASFOC-SN – ASMETRO-SN – ASSIBGE-SN – CNTSS – CONDSEF/FENADSEF – CSPB – CSP/CONLUTAS – CTB – CUT – FASUBRA – FENAJUFE – FENAPRF – FENASPS – INTERSINDICAL – PROIFES – SINAIT – SINAL – SINASEFE – SINDCT SINDFAZENDA – SINDIFISCO-Nacional – SINDIRECEITA – SINTBACEN – UNACON-Sindical

Campanha Salarial 2024

Para a Coordenação da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público - FPMSP

1. As entidades representativas dos servidores públicos enfrentaram no último período, em especial, após o golpe de 2016, um conjunto de ataques que passaram pela perseguição às organizações da classe trabalhadora, o roubo do fundo público operado pela Emenda Constitucional 95 e por ameaças ao trabalho e vida dos servidores como a proposta de PEC 32 que ainda sobrevive na pauta de Arthur Lira na câmara.
2. As servidoras e servidores estiveram na linha de frente das ações que culminaram com a derrota eleitoral do bolsonarismo, e logo durante as discussões do governo de transição, nos dispusemos ao diálogo pautando nossas reivindicações com o novo governo eleito.
3. Iniciamos 2023 pressionando para que o diálogo se convertesse num processo real de negociação. Nesse sentido, avançamos com a assinatura do Termo de Acordo nº 1/2023, entre o governo federal e a bancada sindical representativa de entidades nacionais do serviço público federal e centrais sindicais, no dia 24 de março de 2023 que garantiu o reajuste emergencial de 9% (nove por cento) que incidiu sobre a estrutura remuneratória permanente dos cargos efetivos de servidores (as) federais civis e reajustou o valor do auxílio alimentação em R\$ 200,00 (duzentos reais). Além disso, nesse acordo indicou-se que até o mês de maio de 2023 o governo federal encaminharia a proposta de funcionamento da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) e um calendário de negociação dos demais itens da pauta de reivindicação dos (as) servidores (as) públicos (as) federais;
4. A estrutura da Mesa Nacional de Negociação Permanente foi apresentada, debatida e aprovada pela bancada sindical e o governo, cujo protocolo de funcionamento foi estabelecido por meio da portaria SGPRT/MGI nº 3.634, de 13 de julho de 2023 (recomenda-se a leitura do documento);
5. O protocolo acima referido, apresenta uma organização em que a MNNP funcionará a partir da seguinte estrutura:
 - A. **MESA CENTRAL** - na qual serão debatidas as reivindicações gerais referentes ao funcionalismo público federal, de natureza econômica (recomposição salarial e equiparação dos benefícios assistenciais com os demais poderes da União) e não econômica (como a revogação das medidas legais-normativas prejudiciais aos (às) servidores (as) públicos (as) que tenham sido construídas de forma consensual pela bancada sindical;
 - B. **MESAS ESPECÍFICA E TEMPORÁRIA** – cuja competência será negociar as pautas específicas apresentadas pela bancada sindical representativa de carreiras que possuam impacto orçamentário;
 - C. **MESA SETORIAL** - que tratará de reivindicações isentas de impacto orçamentário que tenham sido apresentadas pelas bancadas sindicais.
6. Com base nessa estrutura e protocolo de funcionamento, no dia 11 de julho de 2023 foi apresentada uma pauta de reivindicação pelo FONASEFE/FONACATE e CENTRAIS SINDICAIS na qual consta uma proposta de recomposição salarial e equiparação de benefícios e reivindicações referentes ao que vem sendo chamado “revogação” (Ofício S/N 2023 Fonasefe/fonacate/ Centrais Sindicais);
7. No documento acima mencionado, a parte econômica referente à recomposição salarial apresentou o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como o índice inflacionário a ser considerado

Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais

ANDES-SN – ANFFA-Sindical – ASFOC-SN – ASMETRO-SN – ASSIBGE-SN – CNTSS – CONDSEF/FENADSEF – CSPB – CSP/CONLUTAS – CTB – CUT – FASUBRA – FENAJUFE – FENAPRF – FENASPS – INTERSINDICAL – PROIFES – SINAIT – SINAL – SINASEFE – SINDCT SINDFAZENDA – SINDIFISCO-Nacional – SINDIRECEITA – SINTBACEN – UNACON-Sindical

para a recomposição salarial, haja vista ser este índice utilizado na projeção da inflação no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) e também porque o mesmo utiliza como referência para mediar a variação da inflação uma cesta de produtos e serviços consumidos por pessoas cuja renda salarial varia de 1 a 40 salários mínimos. Esta faixa de renda contempla de forma mais ampla o funcionalismo público federal do que o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) que trabalha com uma cesta básica para pessoas com renda de 1 a 5 salários mínimos;

8. Ainda no que se refere a parte econômica, o período de tempo considerado pela bancada sindical (FONASEFE/FONACATE e CENTRAIS SINDICAIS) para o cálculo das perdas históricas do funcionalismo nesta primeira proposta foi o período de 1 de julho de 2010 a junho de 2023. Nesse intervalo, os cálculos das perdas salariais elaborados usando o IPCA indicou uma perda inflacionária de 114,08%. Ao serem abatidos os reajustes obtidos pelos diversos setores do funcionalismo público federal, ao longo deste período, identificou-se que um bloco de servidores ainda permanecia com uma perda de 53,17% (Bloco 1) e outro com uma perda de 39,92% (Bloco 2).

9. É importante esclarecer que na negociação ocorrida em março de 2023, ainda sobre o reajuste emergencial, o intervalo de tempo utilizado pela bancada sindical considerou apenas o período do governo Bolsonaro, cuja inflação correspondeu a 27%. Porém, nos documentos que as entidades acataram a proposta de reajuste emergencial de 9%, já foi apontado que as negociações posteriores deveriam considerar as perdas históricas e não apenas as perdas do período recente do governo Bolsonaro. Portanto, inicialmente, o período considerado nesta negociação, que versou sobre a proposta inicial da campanha salarial de 2024 foi estendido para abranger de julho de 2010 a junho de 2023;

10. Ressalta-se que o processo de negociação com o governo federal pressupôs considerar o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) e o Plano Plurianual (PPA), além da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). As entidades dos servidores se envolveram em diferentes atividades que tinham como objetivo a discussão do orçamento. Nossa avaliação é que o governo nesse processo, não teve uma postura aberta para sentar com os servidores (as) e discutir as saídas.

11. Ao contrário, o próprio governo atuou, na contramão das críticas feitas pelos servidores, e aprovou em agosto de 2023 o novo arcabouço fiscal brasileiro ([lei complementar 200/2023](#)), que substituiu o antigo teto de gastos como a âncora fiscal nas contas públicas da União. Bem como, optou por implementar o chamado déficit zero, na nossa visão, essas novas propostas mantiveram as diretrizes econômicas que amarram os investimentos do governo com os serviços públicos e colocam a riqueza produzida pela classe trabalhadora nas mãos dos bancos e do rentismo. Chegamos a organizar uma live sobre o tema que pode ser consultado no seguinte link: https://www.youtube.com/live/UBaNEegQhFA?si=5GDA8-rp_BRo85bJ

12. A partir da aprovação do novo arcabouço fiscal, acompanhamos com indignação a intensificação da postura do governo em dizer que a possibilidade da nossa recomposição de perdas estava condicionada às novas regras fiscais.

13. No dia 16 de novembro de 2023, as entidades de servidores fizeram um ato na porta do DNIT onde ocorria a quinta reunião da Mesa Nacional Negociação Permanente. Mesmo com a pressão e luta, o governo não trouxe qualquer resposta nessa reunião e indicou que chamaria uma nova reunião até o final do ano com uma proposta para as demandas dos servidores. Em relação aos assuntos econômicos, a única novidade foi a informação do governo de que o pedido de retirada dos impedimentos no PLDO para equiparação do auxílio alimentação dos (as) servidores (as) do Poder Executivo com os demais poderes foi acatado pelo senado. Entretanto, **nenhum percentual de recomposição salarial foi apresentado pelo**

Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais

ANDES-SN – ANFFA-Sindical – ASFOC-SN – ASMETRO-SN – ASSIBGE-SN – CNTSS – CONDSEF/FENADSEF – CSPB – CSP/CONLUTAS – CTB – CUT – FASUBRA – FENAJUFE – FENAPRF – FENASPS – INTERSINDICAL – PROIFES – SINAIT – SINAL – SINASEFE – SINDCT SINDFAZENDA – SINDIFISCO-Nacional – SINDIRECEITA – SINTBACEN – UNACON-Sindical

governo. Após muita pressão da bancada sindical, o governo comprometeu-se a **dar uma resposta em relação à recomposição salarial até o dia 15 de dezembro.** Cabe ressaltar que chegamos naquele momento, atravessando toda a negociação inaugurada pelo protocolo da mesa, sem qualquer resposta efetiva do governo à nossa pauta protocolada.

14. No dia 18 de dezembro, tivemos a 6ª e última reunião da MNNP do ano de 2023. Nesse dia também, servidores de diversas categorias estiveram presentes em Brasília repudiando a condução da MNNP e exigindo uma resposta positiva do Governo para suas demandas apresentadas na campanha salarial de 2024. Na 6ª rodada da Mesa de Negociação Permanente, no apagar das luzes de 2023, o representante do governo, José Lopez Feijó, secretário de relações de trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, esteve à frente das negociações e trouxe uma proposta que gerou descontentamento aos Servidores Públicos Federais. A proposta inclui os seguintes pontos:

- a) Reajuste zero em 2024 - O governo propõe a ausência de reajuste salarial para o ano de 2024.
- b) Alterações nos benefícios:
 - Auxílio-alimentação: De R\$ 658,00 para R\$ 1.000,00.
 - Per capita saúde: De R\$ 144,00 para R\$ 215,00.
 - Auxílio-creche: De R\$ 321,00 para R\$ 484,90, a partir de maio de 2024. (Esta proposta exclui aposentados(as) e pensionistas).
- c) Recomposição salarial de 9% (Dividida em duas parcelas 2025 e 2026, sendo efetiva somente a partir de maio de 2025).

15. O Fonasefe considerou a proposta insuficiente diante das necessidades reivindicadas pela categoria, que enfrenta perdas salariais significativas, chegando a até 53,17%. Além da questão da insuficiência, destaca-se a preocupação com a divisão proposta pelo governo, que prejudica aposentados (as) e pensionistas. Diante deste cenário, o Fonasefe expressou seu descontentamento e reiterou a importância de uma proposta que atenda às demandas dos servidores sem gerar desigualdades internas. A representação dos servidores afirmou estar comprometida em intensificar suas mobilizações, inclusive com a possibilidade da construção de uma greve geral para garantir, no próximo ano, uma campanha salarial forte e vitoriosa.

16. Iniciamos o ano de 2024, demonstrando nossa insistente disposição para negociar. No dia 30/01/2024 oficializamos uma nova proposta da bancada sindical que considerou neste momento, não mais as perdas de 2010 a 2023, mas sim, para esse momento a necessidade de que o governo recompusesse nossas perdas a partir do Golpe de 2016, considerando o período de setembro de 2016 até dezembro de 2023. Nossa intenção é demonstrar que não é possível aceitar que um governo democraticamente eleito não atendesse os servidores naqueles piores ataques vindos do governo golpista de Michel Temer e de Bolsonaro.

17. Nesse sentido apresentamos a seguinte propostas:

Contraproposta protocolada no dia 30.01.24

- **2 blocos de recomposição salarial**
 - Reajuste de 34,32% dividido em três parcelas iguais de 10,34%, em 2024, 2025 e 2026, para os servidores federais que em 2015 firmaram acordos por dois anos (2016 e 2017)

Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais

ANDES-SN – ANFFA-Sindical – ASFOC-SN – ASMETRO-SN – ASSIBGE-SN – CNTSS – CONDSEF/FENADSEF – CSPB – CSP/CONLUTAS – CTB – CUT – FASUBRA – FENAJUFE – FENAPRF – FENASPS – INTERSINDICAL – PROIFES – SINAIT – SINAL – SINASEFE – SINDCT SINDFAZENDA – SINDIFISCO-Nacional – SINDIRECEITA – SINTBACEN – UNACON-Sindical

- Reajuste de 22,71% dividido em três parcelas iguais de 7,06%, em 2024, 2025 e 2026, para os servidores que em 2015 fecharam acordos salariais por quatro anos (2016 a 2019)

Exigimos a equiparação dos benefícios, sem nos colocar contrários a receber o aumento proposto pelo governo para os auxílio-alimentação, auxílio-creche e auxílio-saúde e reafirmando que a nossa luta é pela equiparação dos benefícios com os outros poderes.

Apresentamos itens prioritários do Revogação das medidas de Bolsonaro

Solicitamos celeridade no andamento das Mesas específicas/temporárias de carreira

Abertura imediata das mesas setoriais

Regulamentação da contribuição sindical no serviço público

18. Após muita pressão da bancada sindical, o governo convocou a sétima reunião da MNNP em 28 de fevereiro de 2024. Infelizmente, trouxe para 2024 a mesma postura de 2023, nos enrolar e acabou somente por reafirmar a proposta colocada pelo governo no final de 2023 com o 0% de recomposição para 2024. Apesar de ter sido a primeira mesa de 2024, as negociações se arrastam desde julho de 2023. De lá pra cá, o que temos visto é apenas o esforço do funcionalismo federal em negociar. A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, insiste em condicionar a recomposição salarial dos servidores federais a um possível incremento no orçamento da União. Para o Fonasefe, a postura do governo tem deixado os servidores federais de escanteio ao condicionar a valorização da categoria a uma possível arrecadação extra. Diante da falta de proposta e descaso, o Fonasefe reitera que, sem recomposição salarial esse ano, não há acordo e as mobilizações serão intensificadas.

19. Por fim, no último dia 18 de março o FONASEFE protocolou o Ofício nº 60 que solicitou a convocação para a primeira quinzena de abril de uma reunião extraordinária da Mesa Nacional de Negociação Permanente. De acordo com os dados da execução orçamentária, os quais fornecem a confirmação da arrecadação superior na previsão orçamentária do governo brasileiro e sabendo da iminência, neste momento, da definição de como será utilizado esse dinheiro o principal objetivo dessa reunião é definir o valor deste montante que será destinado a minimizar as perdas salariais dos Servidores (as) Públicos (as) Federais, ainda em 2024.

20. Com o exposto nesse documento, fica evidente que as respostas do governo, até o momento, são insatisfatórias, pois servidores (as) continuam fora do orçamento previsto para 2024 e as ameaças de efetivação de uma contrarreforma administrativa continuam fortes. É inaceitável o congelamento dos salários de uma categoria de trabalhadores (as) que nos últimos anos assistiram seus salários serem congelados por governos que pretendiam destruir o serviço público. Nossa luta e mobilização será intensificada. Já temos categorias que deflagraram greve e outras que apontam seus indicativos para o início de abril. Vamos organizar uma Marcha a Brasília no dia 17 de abril de 2024. A valorização dos serviços públicos e a garantia efetiva dos direitos da classe trabalhadora é nossa bandeira de luta.

ENTIDADES DO FÓRUM NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

FONASEFE